

BIBLIOTECA PRISIONAL EM FOCO: DAS PRÁTICAS BIBLIOTECÁRIAS AOS ESTUDOS NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

PRISON LIBRARY IN FOCUS: FROM LIBRARY PRACTICES TO STUDIES IN INFORMATION SCIENCE

Adriana Isidório da Silva Zamitea^a

Maira Cristina Grigoletto^b

RESUMO

Objetivo: Evidenciar as práticas bibliotecárias e atividades desenvolvidas no ambiente prisional com apoio da biblioteca, além de identificar conceitos e características da biblioteca prisional e discutir a relevância de ações de informação com apoio da biblioteca para estudos acadêmicos na área da Ciência da Informação. **Metodologia:** Trata-se de uma pesquisa exploratório-descritiva com abordagem qualitativa. Quanto aos procedimentos foram utilizadas as pesquisas bibliográfica e documental. O levantamento bibliográfico foi realizado na Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação e em livros. A pesquisa documental foi realizada nos *sites* do Governo, Ministério da Justiça e documentos oficiais sobre o sistema prisional. **Resultados:** Apesar de ser um campo de pesquisa vasto, os estudos científicos demonstram poucas pesquisas sobre a temática da biblioteca prisional, a maioria, são relatos de vivências, projetos ou ações desenvolvidas nas unidades prisionais no Brasil. **Conclusões:** É preciso divulgar as práticas bibliotecárias no ambiente prisional para que possamos desenvolver mais estudos sobre esta temática e proporcionar novas discussões no âmbito da Ciência da Informação sobre a biblioteca prisional.

Descritores: Biblioteca prisional. Práticas bibliotecárias. Ciência da Informação. Sistema prisional.

1 INTRODUÇÃO

As bibliotecas prisionais surgem no Brasil em 1882 pelo Decreto nº 8.386, de 14 de janeiro de 1882, que regulamenta a Casa de Correção da Côrte (BRASIL, 1882). Embora sua origem ser referenciada em 1882, as bibliotecas foram legalizadas somente na década de 1980, a partir da Lei nº

^a Mestra em Ciência da Informação pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória, Brasil. E-mail: adrianaisidoriosilva@gmail.com

^b Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Docente na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória, Brasil. E-mail: maira.grigoletto@ufes.br

7.210 de 11 de julho de 1984, a Lei de Execução Penal (BRASIL, 1984). No entanto, apesar de sua existência estar prevista em Lei, poucos estabelecimentos prisionais brasileiros garantem o direito aos reeducandos de utilizarem os serviços da biblioteca (SOUSA; PINTO, 2018). Além disso, não há profissionais bibliotecários atuando efetivamente nestes espaços.

Nestes ambientes o/a bibliotecário/a pode proporcionar atividades ou projetos que estimulem a prática leitora. Por isso, pretende-se neste artigo divulgar as ações e projetos de alguns bibliotecários/as que atuaram nos ambientes prisionais e, a partir destas práticas bibliotecárias, suas potencialidades para impulsionar estudos sobre a biblioteca prisional no campo da Ciência da Informação. Infere-se, preliminarmente, que estas vivências podem vir a ser relevantes para a área do profissional, quando divulgadas, além de estimular pesquisas sobre o assunto.

A partir desses pressupostos, busca-se compreender como a divulgação das práticas profissionais bibliotecárias podem incentivar estudos sobre a biblioteca prisional no Brasil? Pelo exposto, objetiva-se evidenciar as práticas bibliotecárias e atividades desenvolvidas no ambiente prisional com apoio da biblioteca. Com objetivo específico de identificar os conceitos e características da biblioteca prisional e discutir a relevância desta prática como base para estudos acadêmicos na área da Ciência da Informação.

O marco teórico-conceitual do estudo fundamenta-se inicialmente na conceituação e características da biblioteca prisional sobre o olhar dos autores como: Araújo e Oliveira (2008); Fernandes (2019); Cunha e Cavalcanti (2008); Eiras (2007); Silva Neto e Leite (2011); Lindemann (2020); Carvalho e Carvalho (2017) e Costa e Sales (2021). Para assim, apresentar as práticas desenvolvidas nas unidades prisionais no Brasil, por meio da biblioteca e seus serviços.

Deve-se expor também além das práticas profissionais desenvolvidas no ambiente prisional, a importância de projetos de extensão ou atividades desenvolvidas com apoio da academia, neste percurso os autores: Soares (2019); Colares e Lindemann (2015), Costa, Pizarro e Barros (2018); Fernandes (2019); Monteiro (2019) e Zamite (2019). Além disso, a biblioteca

está inserida na seção V da Lei de Execução Penal que aborda a Assistência Educacional para os reeducandos (BRASIL, 1984).

Em relação aos encaminhamentos metodológicos, trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa. Quanto aos objetivos optou-se pelos estudos exploratório-descritivos com procedimentos metodológicos das pesquisas bibliográfica e documental. Para tal, foi realizado um levantamento bibliográfico na Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI) com o intuito de recuperar artigos relacionadas a biblioteca prisional. A pesquisa documental sobre o sistema prisional foi realizada nos sites do Governo, Ministério da Justiça e em documentos oficiais.

Em análise geral, buscou-se trazer uma discussão sobre a relevância de divulgar as práticas bibliotecárias no campo científico para estimular novas pesquisas na área da Ciência da Informação. Além disso, quando se divulga os trabalhos realizados nestes ambientes de reclusão, a sociedade tem mais conhecimento sobre a atuação do/a bibliotecário/a e como este profissional é necessário e pode contribuir para a construção e transformação social dos sujeitos privados ou não de liberdade.

2 BIBLIOTECA PRISIONAL E SUAS PARTICULARIDADES

As recomendações para os usos das bibliotecas nos estabelecimentos prisionais para benefício de reeducandos puderam ser recuperados, inicialmente, em documento da Organização das Nações Unidas de 1955, que materializou Regras Mínimas do Tratamento de Reclusos. Pela regra 40, cada estabelecimento prisional deveria ter uma biblioteca para fins educativos e recreativos para os reeducandos (ONU, 1955).

Em 1992, a *International Federation of Library Associations and Institutions* (IFLA) publicou as primeiras Orientações para Serviços de Biblioteca para Reclusos, de Frances E. Kaiser. Posteriormente, essas orientações foram traduzidas e alteradas algumas vezes com inserção e especificações (LEHMANN; LOCKE, 2015). Neste documento, a biblioteca de estabelecimento prisional é relacionada a biblioteca pública.

De acordo com o Manifesto sobre as bibliotecas públicas, o acesso à informação deve ser oferecido a todos, sem distinção, por meio de serviços e materiais, incluindo pessoas com deficiência, hospitalizadas ou em privação de liberdade (IFLA, 1994). Para Pérez-Pulido (1997, tradução nossa), a biblioteca de penitenciária não deve ser comparada a biblioteca pública, por tratar-se de um espaço restrito voltada para leitores com necessidades de informação especiais. Entretanto, quando os internos saem do sistema prisional, a biblioteca pública pode ser um espaço acessível e uma fonte de informação para os egressos.

As bibliotecas prisionais também são conhecidas como bibliotecas especiais, pois atendem a um tipo especial de leitor e possuem um acervo diferenciado para pessoas com deficiência visual, hospitalizadas ou reclusas em sistemas prisionais (ARAÚJO; OLIVEIRA, 2008). Conforme Fernandes (2019), as bibliotecas prisionais podem ser rotuladas como bibliotecas especiais, por estarem inseridas em um ambiente especial, com público privado de liberdade com necessidades especiais de informação. Neste caso, a biblioteca é um lugar especial, onde o reeducando possa usufruí-la e por alguns instantes ter contato com o universo da literatura e assistência educacional.

Vale destacar que a biblioteca está inserida na seção V da Lei de Execução Penal que aborda a Assistência Educacional para os reeducandos (BRASIL, 1984). A biblioteca em espaços de privação de liberdade está vinculada no contexto da educação prisional, sendo um instrumento educativo que contribui para o desenvolvimento de projetos ou atividades educacionais para o reeducando.

Observa-se na literatura que a biblioteca prisional possui várias características e nomenclaturas. No Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia, Cunha e Cavalcanti (2008) apresentam alguns nomes utilizados: biblioteca de prisão, biblioteca penitenciária, biblioteca de cárcere, *correctional library*, *jail library*, *prison library*. No entanto, Eiras (2007) considera que a expressão mais correta é biblioteca de estabelecimento prisional. O autor português exemplifica que a designação utilizada pode ser comparada a outras

realidades, a respeito dos hospitais que designam biblioteca de Hospital e, aos doentes clínicos, bibliotecas hospitalares.

Para a Presidente da Comissão Brasileira de Bibliotecas Prisionais (CBBP), Cátia Lindemann, há uma carência e dificuldade em conceituar a biblioteca prisional. A autora cita a necessidade de buscar-se uma compreensão na definição de Biblioteca pública baseada nas diretrizes da Biblioteca Nacional (LINDEMANN, 2020). De acordo com a Biblioteca Nacional, a Biblioteca pública tem o papel de suprir as necessidades informacionais de uma comunidade, tendo os recursos informacionais organizados e à sua disposição (BIBLIOTECA NACIONAL, 2010). Mas, no caso das Bibliotecas prisionais, o acesso é restrito à comunidade prisional. Pelo entendimento de Lindemann (2020), essa restrição a caracteriza como uma biblioteca especial, com particularidades e, portanto, uma biblioteca pública especial.

Diante dessas características, a biblioteca prisional é vista como um espaço educativo e sociocultural, com a finalidade de atender às necessidades informacionais dos reeducandos, um lugar de acolhimento no período de reclusão. Este espaço é uma ferramenta necessária para o desenvolvimento instrutivo e no processo de reintegração social do interno.

Além disso, Silva Neto e Leite (2011) relatam que as bibliotecas, nos ambientes prisionais, são espaços de oportunidade para os internos, visto que os mesmos têm acesso à educação, à leitura e ao convívio social entre eles. A biblioteca em estabelecimento prisional é um dispositivo social que possibilita, por meio da leitura, a liberdade, o viajar sem sair do lugar.

Para Fernandes (2019), as bibliotecas prisionais são estabelecimentos que atendem a uma demanda informacional local, disponibilizando acesso à informação, conhecimento e lazer para reeducandos. De acordo com Carvalho (2009), as bibliotecas atendem a um público restrito e diferenciado que vive sob limitações concretas por meio do aprisionamento. Essas limitações estão diretamente relacionadas a protocolos de segurança, ocasionando censuras de algumas obras e materiais.

Apesar dessas restrições, as bibliotecas prisionais não perdem a finalidade de proporcionar o acesso à informação, cultura e lazer. Nos termos

da IFLA, essa ação proporciona ao reeducando uma sensação de normalidade em um contexto altamente regulado, oferecendo informação útil para os que se prepararam para a liberdade no mundo exterior (LEHMANN; LOCKE, 2015).

A biblioteca prisional é uma fonte potencial de informação para os reeducandos, espaço de leitura, disseminação de informação e lugar de significações que auxilia os reeducandos em sua trajetória dentro e fora dos estabelecimentos prisionais (COSTA; SALES, 2021). Essa condição ativa significações e domínios de poder-saber diferenciados nos ambientes das unidades prisionais e está em articulação à visão foucaultiana de que “[...] a heterotopia é um lugar da diferença em um sentido filosófico e intensivo” (COSTA; SALES, 2021, p. 3). Caracterizados como um local de oportunidades, estes espaços permitem que os sujeitos tenham um momento recreativo e informativo.

Para as autoras Colares e Lindemann (2015), as bibliotecas são importantes ferramentas nas prisões, pois contribuem com a administração prisional no aspecto educacional e na ocupação do tempo ocioso do interno por meio da leitura. Assim, a biblioteca aproxima o leitor e o livro, por meio de práticas de leitura, proporcionando momentos de liberdade mesmo que por alguns instantes no espaço de reclusão.

2.1 AS PRÁTICAS BIBLIOTECÁRIAS NO CÁRCERE COMO FONTE PARA A PRODUÇÃO CIENTÍFICA

Destaca-se nesta seção algumas práticas bibliotecárias realizadas nas bibliotecas das unidades prisionais do Brasil que foram estímulos para futuros estudos científicos. Após a criação da Lei de Execução Penal em 1984, algumas ações e/ou projetos educacionais e socioculturais foram sendo realizados nas bibliotecas prisionais no Brasil.

Em 1995, no Núcleo de Custódia de Brasília, atualmente Centro de Detenção Provisória, foi criada uma biblioteca, com o apoio da Coordenadoria de Bibliotecas do Distrito Federal (DF) e da Secretaria de Cultura do Distrito Federal que são instituições responsáveis pelas Bibliotecas públicas comunitárias do DF (SOARES, 2019). A autora relata que com apoio de

projetos e parcerias, foram implantadas 500 bibliotecas comunitárias e a biblioteca prisional no Distrito Federal para usos dos reeducandos e servidores (SOARES, 2019).

De acordo com Soares (2019), na ocasião, foram definidas algumas ações para identificar as necessidades e os níveis de escolaridade e de leitura dos reeducandos; e para compreender a dinâmica da formação do acervo para este público-alvo. A autora explica que a biblioteca funcionava em uma pequena sala, adaptada para receber os livros, e mesmo com toda a precariedade, era frequentada pelos reeducandos.

Em 2001, foi utilizada para reclusão de condenados e o acesso foi suspenso, um desrespeito com o espaço e com os outros reeducandos que usavam a biblioteca (SOARES, 2019). Com o passar dos anos, a biblioteca foi ampliada e ganhou mobiliário e livros novos, além disso, os reeducandos tinham acesso e estudavam com intuito de dar continuidade aos estudos e também para tentar concursos públicos (SOARES, 2019).

A biblioteca da penitenciária da Papuda, localizada em Brasília, possui um rico acervo, a primeira foi implantada pela bibliotecária Maria da Conceição Moreira Salles, na perspectiva de incentivar a leitura e a circulação dos livros entre as celas, por motivo de alguns internos não terem acesso livre a biblioteca (SOARES, 2019). Para Soares (2019), as unidades penitenciárias do DF dispõem de bibliotecas com serviços de empréstimos devido ao Código Penitenciário do Distrito Federal, instituído por meio da Lei nº 5.969, de 16 de agosto de 2017, que regulamenta e incentiva a implantação de biblioteca nos ambientes prisionais do Distrito Federal.

As bibliotecas em penitenciárias federais foram inauguradas a partir de 2006, sendo a primeira na Penitenciária de Catanduvas no Paraná, seguida no mesmo ano da biblioteca na Penitenciária Federal em Campo Grande no Estado de Mato Grosso do Sul. Em 2009 foram instaladas as bibliotecas em Porto Velho no Estado de Rondônia e de Mossoró em Rio Grande do Norte (SOARES, 2019).

Na visão de Soares (2019), as bibliotecas nas penitenciárias contribuem para reintegração do preso e os livros têm uma função cultural e educacional,

proporcionando ao leitor um gosto pela leitura. As bibliotecas localizadas nas penitenciárias federais possuem estruturas e ambientes diferentes. As bibliotecas prisionais federais dispõem de espaços favoráveis para leitura, entretanto, a maioria dos presídios brasileiros não possuem ambientes adequados, a leitura muitas vezes é realizada em pátios durante o banho de sol (SOARES, 2019).

Outra ação significativa ocorreu em 2012 no Rio Grande, por meio do Projeto de extensão intitulado 'Janela Literária: a Biblioteca no Contexto Carcerário' vinculado ao Instituto de Ciências Humanas e da Informação da Universidade Federal do Rio Grande, que resultou na implantação de uma biblioteca na Penitenciária Estadual do Rio Grande (COLARES; LINDEMANN, 2015). Segundo Colares e Lindemann (2015), a penitenciária já teve uma biblioteca, entretanto não existia mais, pois tornou-se alojamento para os reeducandos.

Esta implantação foi possível mediante ao Projeto Janela Literária, mas também pela vontade e disposição das pessoas engajadas na ação. Na experiência vivida na implantação da biblioteca, as autoras relatam que, assim que a biblioteca iniciou as atividades foi percebido que não bastava somente organizar os livros nas estantes e emprestá-los, mas sim, apresentar o livro e a leitura aos reeducandos (COLARES; LINDEMANN, 2015).

Neste sentido, foram realizadas rodas de leitura, com o propósito de mediar a informação para o reeducando, em alguns casos, foi preciso ler para eles, pois muitos não eram alfabetizados (COLARES; LINDEMANN, 2015). Para Colares e Lindemann (2015), a biblioteca tornou-se um espaço educativo e consolador não só para eles, mas também para seus familiares, pois em dia de visita, os filhos dos internos visitavam a biblioteca. Contudo, para que a biblioteca pudesse funcionar foi preciso vencer obstáculos como o preconceito e a falta de apoio das autoridades, pois todo o serviço foi de forma voluntária (COLARES; LINDEMANN, 2015).

No Complexo Penitenciário de Florianópolis, em Santa Catarina, a Biblioteca está situada no prédio Administrativo do Complexo, antes chamava-se Biblioteca Conselheiro Nilton Leite da Costa, mas atualmente é conhecida

como Biblioteca Penitenciária de Florianópolis (COSTA; PIZARRO; BARROS, 2018). As autoras relatam que, anteriormente, a Biblioteca era gerida por uma professora que trabalhava no Complexo Penitenciário entregando livros para os reeducandos do regime fechado, no entanto, para os reeducandos do semiaberto a biblioteca era disponibilizada mediante autorização da instituição (COSTA; PIZARRO; BARROS, 2018).

Em 2016, a biblioteca passou a ser constituída pela bibliotecária e professora Daniella Camara Pizarro, com auxílio dos estagiários do Curso de Biblioteconomia Habilitação em Gestão da Informação da Universidade do Estado de Santa Catarina (COSTA; PIZARRO; BARROS, 2018). A professora Daniella Camara Pizarro, coordenadora do Programa 'Novos Horizontes: a Universidade nos espaços de privação de liberdade', juntamente com sua equipe, iniciou as atividades na instituição prisional por meio de análise de materiais, com a finalidade de separar os livros danificados para depois descartá-los e organizar o acervo (COSTA; PIZARRO; BARROS, 2018).

O Programa contribuiu no Complexo Penitenciário de Florianópolis com a implementação do vestibular da Universidade do Estado de Santa Catarina; com a organização e estrutura da biblioteca e com a doação de materiais e distribuição de livros, entre outras atividades desenvolvidas no Complexo (COSTA; PIZARRO; BARROS, 2018). A biblioteca da Penitenciária de Florianópolis é uma unidade ativa, com atividades voltadas à leitura. Em estudos realizados por Costa, Pizarro e Barros (2018) sobre a relevância da biblioteca para a penitenciária, as autoras relatam que a biblioteca tem um papel fundamental nas ações sociais, educacionais e culturais da comunidade prisional, perceberam ainda que o bibliotecário faz toda a diferença no desenvolvimento dessas atividades.

A mesma contribui no desenvolvimento de projetos que podem vir a colaborar para o 'Projeto de Remição de Pena pela Leitura', desde que essas ações sejam autorizadas pelo juiz da Vara de Execução Penal (COSTA; PIZARRO; BARROS, 2018). As autoras pontuam a relevância de atividades de pesquisa e extensão promovidas pela Academia em conjunto com à comunidade carcerária. Assim, a biblioteca é reconhecida pela instituição penal

e a Universidade promove aos estudantes uma oportunidade de atuarem em espaços privados de liberdade (COSTA; PIZARRO; BARROS, 2018).

Diante disso, Costa, Pizarro e Barros (2018) relatam que as atividades desenvolvidas em ambientes prisionais devem ser divulgadas e cooperar para a conscientização e a visibilidade da biblioteca prisional. Pois quando implementadas, são consideráveis instrumentos de transformação social e de vida para os reeducandos, mas para isso é importante ter a presença do profissional bibliotecário para promover ações socioeducacionais e culturais nesses espaços (COSTA; PIZARRO; BARROS, 2018).

De acordo com Fernandes (2019), em 2011, ano da criação do Presídio Feminino (REFEM), foi inaugurada a Biblioteca conhecida como Biblioferm, seu acervo foi criado a partir de doações realizadas pelo Ministério Público e de parceiros. O espaço físico da biblioteca era amplo, mas pouco ventilado, com mesas e cadeiras, além de um televisor utilizado para eventos, contudo, não tinha bibliotecário, quem cuidava do espaço eram as internas (FERNANDES, 2019). A autora-pesquisadora, com apoio das internas responsáveis pela biblioteca, promoveu a atividade Clube do livro, com intuito de incentivar a aproximação da biblioteca com as internas que não tinham acesso a ela e por meio da leitura, abordaram temas sociais, como exemplo, a violência doméstica (FERNANDES, 2019).

Para Fernandes (2019), a biblioteca do REFEM sempre procurou ser ativa nos serviços de empréstimos, em incentivar a leitura para amenizar a ociosidade, porém, sua potencialidade e estrutura física foram descobertos nos trabalhos desenvolvidos pela autora e sua equipe. O projeto, proporcionou às internas um contato direto com a biblioteca e suas obras, uma maneira de conhecer o espaço, pois algumas nunca tinham entrado em uma biblioteca (FERNANDES, 2019).

Nas ações promovidas em bibliotecas prisionais, identificou-se a Biblioteca do Centro de Progressão Penitenciária de regime semiaberto, localizadas em São Paulo. De acordo com Monteiro (2019), o Centro de Progressão Penitenciária foi inaugurado em 2013. Em 2016 passou por uma rebelião que ocasionou uma triste situação, pois a biblioteca do

estabelecimento prisional foi queimada. O autor relatou que participou da reconstrução da biblioteca juntamente com outros funcionários, e neste processo, tiveram que reconstituir além do acervo perdido, paredes, pinturas, prateleiras (MONTEIRO, 2019).

O acervo da biblioteca foi reconstituído por meio de doações como de estantes e demais materiais para a recomposição do espaço. Assim, a biblioteca reiniciou os serviços. Monteiro (2019) relata que treinou um educando para tratar o acervo com a Classificação Decimal de Dewey e a tabela de Cutter, mas para melhor compreensão dos leitores, adaptaram alguns padrões de classificação.

Desde a retomada de atividades, a biblioteca tornou-se um espaço de referência para leitura e entretenimento, com clube de leitura e atividades educacionais como jornada da cidadania que acontece no estabelecimento prisional (MONTEIRO, 2019). Para Monteiro (2019), a interação com o espaço e os serviços prestados pela biblioteca eram tão dinâmicos, que quando propuseram fechá-la para organizá-la durante um (1) mês, os educandos questionaram, então, diminuíram para três (3) semanas.

Com isso, percebe-se que a biblioteca quando gerida por um bibliotecário promove atividades e contribui para o desenvolvimento educacional e sociocultural do reeducando. A experiência de Monteiro (2019) permite a compreensão de que a biblioteca prisional cumpre a função reintegradora e educacional de um sujeito desprovido de liberdade, além de ser um espaço cultural e de acesso à informação.

Em continuidade é oportuno expor a relevância da CBBP, vinculada à Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas de Informação e Instituições (FEBAB), que realizou em 2019, o primeiro I Fórum de Bibliotecas Prisionais. Este evento ocorreu paralelo ao XXVIII Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação (CBBBD) realizado em Vitória/ES e foi muito gratificante para pesquisas e práticas sobre as bibliotecas prisionais (FEBAB, 2019).

A FEBAB (2019) relatou que na ocasião reuniram-se mais de 100 bibliotecários e profissionais de outros campos do conhecimento,

compartilhando vivências e contribuindo para o campo científico com discussões relacionadas a realidade das bibliotecas em estabelecimentos prisionais. O evento realizado pela Presidente da CBBP Catia Lindemann teve como intuito dar visibilidade às bibliotecas prisionais e garantir o conhecimento da realidade e vivências de bibliotecários que atuam ou já atuaram em bibliotecas prisionais.

Neste Fórum, foi apresentado a vivência profissional de autora com instrutora do Serviço Social do Transporte e Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SEST SENAT), quando ministrou o curso de auxiliar de biblioteca através do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) para internos do sexo masculino nas unidades da PEVV I e II do Complexo Penitenciário de Xuri em 2014 localizado em Vila Velha no Estado do Espírito Santo (ZAMITE, 2019).

Observou-se a existência de bibliotecas nas duas unidades e o modo como o serviço de empréstimo era desenvolvido por alguns internos que atuavam na biblioteca. Percebeu-se que durante as aulas e conversas sobre a biblioteca que poucos alunos liam e não solicitavam livros. Por questões de segurança, os internos não visitavam a biblioteca, os livros, quando solicitados, eram entregues nas celas por intermédio dos internos que trabalhavam na biblioteca.

Para estimular a leitura entre os reeducandos, Zamite (2019), relatou que utilizou o audiovisual em suas aulas para incentivar os internos a solicitarem os livros na biblioteca prisional. Neste contexto, trabalhou a leitura e o audiovisual como ferramentas para o desenvolvimento social, cultural e cognitivo do sujeito privado de liberdade no Estado do Espírito Santo. É importante destacar que, assim como nos outros Estados o ES não possui bibliotecário/a no organograma da instituição penal.

Outra questão pertinente a ser apresentada é a falta do bibliotecário nas unidades prisionais do Estado. A organização do acervo e o empréstimo de obras são realizados de modo informal pelos internos trabalhadores da biblioteca. Este processo ocorre sem orientação de um profissional capacitado para tal função, sujeito essencial para contribuir no processo de reintegração

dos internos por meio de atividades e elaboração de projetos mais condizentes com as necessidades de informação dos reeducandos.

3 METODOLOGIA

Realizou-se a pesquisa exploratória-descritiva pautado em abordagem qualitativa para compreensão do tema. A pesquisa qualitativa tem a função de explorar e compreender o significado que os indivíduos ou grupos atribuem a problemas humanos ou sociais (CRESWELL, 2016). Neste caso, investigar as práticas bibliotecárias realizadas na biblioteca prisional. Quanto aos objetivos, optou-se pelos estudos exploratória-descritivos “[...] têm por objetivo descrever completamente determinado fenômeno, como, por exemplo, o estudo de um caso para o qual são realizadas análises empíricas e teóricas” (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 188).

O procedimento metodológico utilizado para coleta de dados foi a pesquisa bibliográfica e documental. No primeiro momento, foi realizado o levantamento bibliográfico no mês de maio de 2022 na Base de dados da Brapci com o termo “Biblioteca prisional” e a delimitação de busca de 1972 a 2021. Recuperou-se neste processo: vinte e três (23) artigos, alguns denominados como relatos de pesquisa, artigo de revisão, entre outros.

Para obter dados sobre os estabelecimentos prisionais foi realizada a pesquisa documental, buscou-se informações nos sites do Ministério da Justiça, Leis e normativas que abordam o tema.

4 RESULTADOS: APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO

Diante da relevância das práticas bibliotecárias em ambientes prisionais para os estudos científicos salienta-se para conhecimento do leitor no Quadro 1 a relação das publicações de artigos recuperados que abordam esta temática no período de 1984 a 2021 na base de dados da Brapci.

Quadro 1 – Artigos publicados sobre a Biblioteca prisional na BRAPCI

AUTOR (a) (as/es)	TÍTULO	ANO	TIPO DE DOCUMENTO
Epitácio Gomes Silva Neto e Francisca Chagas Dias Leite	Bibliotecas prisionais enquanto espaços para o acesso à informação e a cidadania.	2011	Artigo
Jaciana de Holanda Costa Tonin e Edivanio Duarte Souza	A seleção de fontes de informação em bibliotecas prisionais do Estado de Alagoas: do direito às condições de acesso do usuário apenado.	2014	Relato de pesquisa
Jorge Santa Anna; Eni Maria de Souza Pinto Zanetti e Lucileide Andrade de Lima do Nascimento	Bibliotecas prisionais e a construção da cidadania: práticas bibliotecárias em favor da inclusão social.	2015	Artigo
Leni Beatriz Colares e Catia Rejane Lindemann	Implantação da biblioteca no cárcere: desafios e possibilidades	2015	Pesquisa em andamento
Amabile Costa; Catia Rejane Lindemann; Daniela Câmara Pizarro e Joel Nunes da Silva	Bibliotecas prisionais catarinenses e a ausência do bibliotecário.	2016	Artigo
Cristina Carvalho e Marcelo Dias Carvalho	Projetos de mediação de leitura e bibliotecas em presídios femininos.	2017	Artigo de revisão
Yara Maria da Silva Cinque; Caroline Gomes de Oliveira e Maria Claudia Cabrini Grácio	Estudos relacionados a biblioteca prisional: análise bibliométrica na base Scopus (1927-2017)	2018	Artigo
Francisca Liliana Martins de Sousa e Virginia Bentes Pinto	Biblioteca prisional e reinserção social: o olhar das internas do Instituto Penal Feminino Auri Moura Costa	2018	Artigo
Antônio Martín Román	La influencia de la lectura em contexto de encierro y el marco jurídico de las bibliotecas de cárceles	2018	Artigo
Amabile Costa; Daniela Câmara Pizarro e Camila Monteiro Barros	Biblioteca da penitenciária de Florianópolis: um espaço sociocultural e educativo	2018	Artigo
Jonathas Luiz Carvalho Silva	Perspectivas de atuação das bibliotecas prisionais e as contribuições para a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas.	2018	Artigo

Renata Figueiredo dos Santos e Dayanne da Silva Prudêncio	Atuação profissional e percepções sobre a temática biblioteca prisional: o discente em Biblioteconomia da UFF, UFRJ e UNIRIO em foco.	2019	Artigo
Amabile Costa e Camila Monteiro Barros	Biblioteca prisional e a leitura nos espaços de privação de liberdade	2019	Artigo
Marcelo Votto Teixeira e Joares Pescador Lemes de Campos	O Bibliotecário como membro de projetos de leitura em bibliotecas prisionais no estado de Santa Catarina	2019	Artigo
Adriana Isidório da Silva Zamite	A leitura e o audiovisual como estímulo para liberdade	2019	Artigo
Raquel Gonçalves da Silva de Araújo Fernandes; Camila Conceição Barreto Vieira; Paulo Roberto Fernandes Junior e Germana Gonçalves de Araújo	50 tons de cinza e relacionamento abusivo: um olhar do cárcere.	2019	Artigo
Thiago Giordano de Souza Siqueira e Ingrid de Souza Lima	Diagnóstico das bibliotecas prisionais na cidade de Manaus-AM	2020	Relato de pesquisa
Amabile Costa e Camila Monteiro Barros	A constituição do acervo da biblioteca da Penitenciária de Florianópolis	2020	Artigo
Catia Rejane Lindemann	Bibliotecas Prisionais: da prática bibliotecária à jurisprudência do livro e da leitura atrás das grades	2020	Artigo
Francisca Liliana Martins de Sousa; Virgínia Bentes Pinto e Maria Giovanna Guedes Farias	Sujeitos em privação de liberdade pela ótica da Ciência da Informação: um estudo sobre a produção científica em base de dados nacional e internacional da área.	2020	Artigo
Mayrily Aparecida Araújo Moreira e Vitória Gomes Almeida	Descolonizando a Justiça, Democratizando a Informação	2021	Artigo
Amabile Costa e Camila Monteiro Barros	Diretrizes para o desenvolvimento de coleções em bibliotecas prisionais: um estudo na Biblioteca da Penitenciária de Florianópolis	2021	Artigo
Amabile Costa e Rodrigo Sales	Biblioteca prisional: um espaço heterotópico	2021	Artigo

Fonte: Elaborado pelas autoras

Estes estudos colaboram e impulsionam debates sobre a biblioteca prisional no campo da pesquisa, proporcionando ao leitor e pesquisador conhecimento sobre o ambiente prisional. Alguns foram derivados de vivências, ações ou projetos desenvolvidos antes, durante ou no decorrer da pesquisa acadêmica no ambiente prisional no Brasil.

A partir de 2014 nota-se um crescente nas publicações e relatos de experiências em eventos. Por isso afirma-se a relevância de abordar esta temática em Congressos e eventos da área, pois estimulam e subsidiam a produção científica.

No caso da autora Adriana Isidório da Silva Zamite, este artigo foi derivado da vivência no ambiente prisional como instrutora do Estado do Espírito Santo, e apresentado no I Fórum das Bibliotecas Prisionais do XXVIII Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação de 2019.

Outras experiências foram publicadas e estimularam pesquisas sobre o assunto. Por exemplo, as das autoras Amabile Costa e Raquel Gonçalves da Silva de Araújo Fernandes que tratam sobre a biblioteca prisional em seus Estados. Elas contribuíram também com reprodução de documentos e ampliação de estudos no mestrado e/ou doutorado na área de Ciência da Informação.

Na direção das produções que permitem conhecimentos locais e acompanhamento do fazer bibliotecário, cabe mencionar as contribuições das autoras Francisca Líliliana Martins de Sousa e Virgínia Bentes Pinto com olhar social para o presídio feminino e discorrem sobre a atuação da biblioteca prisional no Instituto Penal Feminino Desembargadora Auri Moura Costa. Além disso, temos o diagnóstico das bibliotecas prisionais na cidade de Manaus com os autores Thiago Giordano de Souza Siqueira e Ingrid de Souza Lima que abordam a relevância da biblioteca prisional para a reintegração social do reeducando.

Apesar de ser um campo de pesquisa vasto, a temática da biblioteca prisional ainda é pouco explorada. Avalia-se que um dos motivos que pode acarretar esta falta de estudos é a ausência de bibliotecários/as atuantes, visto que o sistema prisional não possui este cargo em sua estrutura organizacional.

Acrescenta-se a esse fator os procedimentos burocráticos e de segurança para realização de pesquisas *in loco*.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar conceitos e características da biblioteca em ambiente prisional identificou-se visões que a consideram como unidade especial em função de seus leitores e acervo, outras que enfatizam sua vinculação em projetos e atividades socioculturais e educativas. As denominações e conceitos correlacionados são os mais variados, por exemplo, biblioteca de prisão, biblioteca do cárcere, biblioteca no estabelecimento prisional. Por esses encaminhamentos, pode ser compreendida tanto como ferramenta em processos de formação quanto como lugar de acolhida e uso do tempo com qualidade.

A relevância das práticas e atividades desenvolvidas no ambiente prisional com apoio da biblioteca como base para estudos na Ciência da Informação foi constatada em publicações recuperadas que materializam o resultado de pesquisas realizadas em diferentes localidades e estabelecimentos prisionais, com suas peculiaridades e realidades. A similaridade entre essas é a abordagem do valor da biblioteca nos ambientes prisionais, visto que são espaços de saberes e de acolhimento para as pessoas que estão privadas de liberdade. Essas pesquisas ou relatos de experiência contribuem para a área, trazendo novos olhares sobre o papel da biblioteca e campos de atuação para o bibliotecário.

Conclui-se que é importante divulgar as práticas bibliotecárias em Congressos, Colóquios e/ou eventos na área da Ciência da Informação para estimular novas pesquisas e assim gerar publicações para expandir essa temática no país e o conhecimento da realidade de cada biblioteca nestes ambientes com privação de liberdade.

AGRADECIMENTOS

A pesquisa científica contou com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Eliany Alvarenga; OLIVEIRA, Marlene. A produção de conhecimento e a origem das bibliotecas. *In*: OLIVEIRA, Marlene (coord.). **Ciência da informação e Biblioteconomia: novos conteúdos e espaços de atuação**. Belo Horizonte: UFMG, 2008. p. 29-43.

BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Biblioteca Pública: princípios e diretrizes**. 2. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2010. Disponível em: <https://www.bn.gov.br/producao/publicacoes/biblioteca-publica-principios-diretrizes>. Acesso em: 11 maio. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 8.386, de 14 de janeiro de 1882**. Institui novo Regulamento para a Casa de Correção da Côrte. Coleção de Leis do Império do Brasil, 1882. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-8386-14-janeiro-1882-544928-publicacaooriginal-56609-pe.html>. Acesso em: 10 jun.2022.

BRASIL. **Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984**. Institui a Lei de Execução Penal. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 13 jul. 1984. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7210.htm. Acesso em: 24 maio 2022.

CARVALHO, Cristina de; CARVALHO, Marcelo Dias de. Projetos de mediação de leitura e bibliotecas em presídios femininos. **Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação**, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 136-163, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/71092>. Acesso em: 24 maio 2022.

CARVALHO, Jonathas. **A importância da biblioteca nos presídios**. *In*: CARVALHO, Jonathas. Blog Jonathas Carvalho. Cariri, CE, 2009. Disponível em: <http://professorjonathascarvalho.blogspot.com/2009/09/importancia-da-biblioteca-na-prisao>. Acesso em: 12 maio 2022.

CINQUE, Yara Maria da Silva; OLIVEIRA, Caroline Gomes de; GRÁCIO, Maria Cláudia Cabrini. Estudos relacionados a biblioteca prisional: análise bibliométrica na base Scopus (1927-2017). **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 8, n. 2, 2018. Disponível em:

<https://periodicos.ufmg.br/index.php/moci/article/view/16902>. Acesso em: 20 maio 2022.

COLARES, Leni Beatriz; LINDEMANN, Cátia Rejane. Implantação da biblioteca no cárcere: desafios e possibilidades. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 25, n. 3, p. 205-215, set./dez. 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/92634>. Acesso em: 23 maio 2022.

COSTA, Amabile; LINDEMANN, Catia Rejane; PIZARRO, Daniella Camara; SILVA, Joel Nunes da. Bibliotecas prisionais catarinenses e a ausência do bibliotecário. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 874-885, ago./nov. 2016. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1256/pdf>. Acesso em: 10 maio 2022.

COSTA, Amabile; PIZARRO, Daniella Camara; BARROS, Camila Monteiro de. Biblioteca da Penitenciária de Florianópolis: um espaço sociocultural e educativo. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 372-387, ago./nov. 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/109205>. Acesso em: 28 maio 2022.

COSTA, Amabile; BARROS, Camila Monteiro. Biblioteca prisional e a leitura nos espaços de privação de liberdade. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 24, n. 2, p. 427-436, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/120765>. Acesso em: 11 maio 2022.

COSTA, Amabile; BARROS, Camila Monteiro. Constituição do acervo da biblioteca da penitenciária de Florianópolis. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 10, n. 2, p. 55-70, set.2019/fev.2020. DOI: 10.11606/issn.2178-2075.v10i2p55-70. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/164336/158773>. Acesso em: 11 maio 2022.

COSTA, Amabile; BARROS, Camila Monteiro. Diretrizes para o desenvolvimento de coleções em bibliotecas prisionais: um estudo na biblioteca da penitenciária de Florianópolis. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, Brasília, v. 14, p. 702-721, 2021. DOI: 10.26512/rici.v14.n3.2021.34808. Acesso em: 06 jun. 2022.

COSTA, Amabile; SALES, Rodrigo de. Biblioteca prisional: um espaço heterotópico. **Brazilian Journal of Information Science: Research trends**, Marília, v. 15, p. 1-18, 2021. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjis/article/view/11298>. Acesso em: 13 maio 2022.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2016.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2008.

EIRAS, Bruno Duarte. Uma janela para o mundo: bibliotecas e bibliotecários em meio prisional. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE BAD, 9., 2007, Lisboa. **Anais** [...]. Lisboa: Associação Portuguesa de Bibliotecários BAD, 2007. Disponível em: <https://publicacoes.bad.pt/revistas/index.php/congressosbad/article/view/556>. Acesso em: 19 maio 2022.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS, CIENTISTAS DA INFORMAÇÃO E INSTITUIÇÕES. Comissão Brasileira de Bibliotecas Prisionais. **Plano de trabalho CBBP/2020**. 2019. Disponível em: <https://www.acoesfebab.com/prisionais>. Acesso em: 24 maio 2022.

FERNANDES, Raquel Gonçalves da Silva de Araújo; VIEIRA, Camila Conceição Barreto; FERNANDES JUNIOR, Paulo Roberto; ARAÚJO, Germana Gonçalves de. 50 tons de cinza e relacionamento abusivo: um olhar do cárcere. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 15, p. 390-405, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/127507>. Acesso em: 11 maio 2022.

IFLA. **Manifesto da IFLA/UNESCO sobre bibliotecas públicas**. 1994. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/public-libraries/publications/PL-manifesto/pl-manifesto-pt.pdf>. Acesso em: 12 maio 2022.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LEHMANN, Vibeke; LOCKE, Joanne. **Orientações para serviços de biblioteca para reclusos**. Traduzido por Maria José Vitorino. 3. ed. Be Haia: IFLA, 2015. Disponível em: <https://www.ifla.org/wp-content/uploads/2019/05/assets/hq/publications/professional-report/92-pt.pdf>. Acesso em: 26 maio 2022.

LINDEMANN, Catia Rejane. Bibliotecas prisionais: da prática bibliotecária à jurisprudência do livro e da leitura atrás das grades. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 16, p. 1-27, 2020. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1485>. Acesso em: 13 maio 2022.

MONTEIRO, Ciro Athayde Barros. Biblioteca prisional: um relato de reconstrução e retomada do funcionamento. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 28., 2019, Vitória. **Anais** [...]. Vitória: CBBBD, 2019. Disponível em: <https://portal.febab.org.br/anais/article/view/2163>. Acesso em: 29 maio 2022.

MOREIRA, Mayrily Aparecida Araújo; ALMEIDA, Vitória Gomes. Descolonizando a justiça, democratizando a informação. **Revista Folha de Rostto**, Juazeiro do Norte, v. 7, n. 1, p. 48-84, 2021. DOI: 10.46902/2021n1p48-84. Acesso em: 6 maio 2022.

ONU. Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes. **Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Reclusos**: regras de Nelson Mandela. 2015. Disponível em: https://www.unodc.org/documents/justice-and-prison-reform/Nelson_Mandela_Rules-P-ebook.pdf. Acesso em: 11 maio 2022.

PÉREZ-PULIDO, Margarita. Acerca de lãs bibliotecas de prisiones y sus servicios. **Educacion y Biblioteca**, Madri, ano 9, n. 85, p. 40-44, 1997. Disponível em: <https://gredos.usal.es/handle/10366/113436>. Acesso em: 15 maio 2022.

ROMÁN, Antônio Martín. La influencia de la lectura em contexto de encierro y el marco jurídico de las bibliotecas de cárceles. **CAJUR - Caderno de Informações Jurídicas**, [S.l.], v. 5, n. 2, 2018. Disponível em: <https://doaj.org/article/cdb3a4d4bb114564be5d0a2078019508>. Acesso em: 11 maio 2022.

SANTA ANNA, Jorge; ZANETTI, Eni Maria de Souza Pinto; NASCIMENTO, Lucileide Andrade de Lima do. Bibliotecas prisionais e a construção da cidadania: práticas bibliotecárias em favor da inclusão. **Revista ACB**, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 67-85, abr. 2015. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/984>. Acesso em: 11 maio 2022.

SANTOS, Renata Figueiredo dos; PRUDENCIO, Dayanne da Silva. Atuação profissional e percepções sobre a temática biblioteca prisional: o discente em biblioteconomia da UFF, UFRJ e Unirio em foco. **CAJUR - Caderno de Informações Jurídicas**, Brasília, v. 5, n. 2, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/109049>. Acesso em: 11 maio 2022.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho. Perspectivas de atuação das bibliotecas prisionais e as contribuições para a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 104-122, set. 2018. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1060>. Acesso em: 11 maio 2022.

SILVA NETO, Epitácio Gomes; LEITE, Francisca Chagas Dias. Bibliotecas prisionais enquanto espaços para o acesso à informação e à cidadania. **Biblos**: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, Rio Grande, v. 25, n. 1, p. 47-58, jan. 2011. Disponível em: <https://www.seer.furg.br/biblos/article/view/1945&>. Acesso em: 30 maio 2022.

SIQUEIRA, Thiago Giordano de Souza; LIMA, Ingrid de Souza. Diagnóstico das bibliotecas prisionais na cidade de Manaus-AM. **Revista ACB**, Florianópolis, v. 25, n. 3, p. 667-685, 2020. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/150569>. Acesso em: 11 maio 2022.

SOARES, Cleide Cristina. Biblioteca na prisão: leitura e liberdade. *In*: SANTOS, Fernanda Marsaro dos; GOMES, Candido Alberto; VASCONCELOS, Ivar César Oliveira de (org.). **Educação nas prisões**. Jundiaí, SP: Paco, 2019. Disponível em:

<https://books.google.com.br/books?hl=ptBR&lr=&id=PUOXDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT243&dq=biblioteca+prisional+estrangeiras&ots=Qd4Ngm1QmG&sig=ZfFTAvmfCxHiKqTXqG2lw0GPU#v=onepage&q=biblioteca%20prisional%20estrangeiras&f=false>. Acesso em: 23 maio 2022.

SOUSA, Francisca Liliana Martins de; PINTO, Virgínia Bentes. Biblioteca prisional e reinserção social: o olhar das internas do Instituto Penal Feminino Auri Moura Costa. **Informação em Pauta**, Fortaleza, v. 3, n. 2, jul./dez. 2018. Disponível em:

<http://www.periodicos.ufc.br/informacaoempauta/article/view/39672>. Acesso em: 23 maio 2022.

SOUSA, Francisca Liliana Martins de; PINTO, Virgínia Bentes; FARIAS, Maria Giovanna Guedes. Sujeitos em privação de liberdade pela ótica da Ciência da Informação: estudo sobre a produção científica em base de dados nacional e internacional da área. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 11, n. 1, p. 10-32, 2020. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/146842>. Acesso em: 9 maio 2022.

TEXEIRA, Marcelo Votto; CAMPOS, Joares Pescador Lemes de. O bibliotecário como membro de projetos de leitura em bibliotecas prisionais no Estado de Santa Catarina. **Revista ACB**, Florianópolis, v. 24, n. 3, p. 546-559, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/127576>. Acesso em: 11 maio 2022.

TONIN, Jaciana de Holanda Costa; SOUZA, Edivanio Duarte de. A Seleção de Fontes de Informação em Bibliotecas Prisionais do Estado de Alagoas: do direito às condições de acesso do usuário apenado. **Ciência da Informação em Revista**, Maceió, v. 1, n. 1, p. 47-63, jan./abr. 2014. Disponível em: <http://www.seer.ufal.br/index.php/cir/article/view/1303/904>. Acesso em: 5 maio 2022.

ZAMITE, Adriana Isidório da Silva. A leitura e o audiovisual como estímulo para liberdade. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 15, n. esp., p. 406-417, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/127537>. Acesso em: 11 maio 2022.

PRISON LIBRARY IN FOCUS: FROM LIBRARY PRACTICES TO STUDIES IN INFORMATION SCIENCE

Abstract:

Objective: To highlight library practices and activities developed in the prison environment with the support of the library, in addition to identifying concepts and

characteristics of the prison library and discussing the relevance of information actions with the support of the library for academic studies in the area of Information Science.

Methodology: This is an exploratory-descriptive research with a qualitative approach. As for the procedures, bibliographical and documentary research was used. The bibliographic survey was carried out in the Reference Database of Journal Articles in Information Science and in books. The documentary research was carried out on the websites of the Government, Ministry of Justice and official documents about the prison system. **Results:** Despite being a vast research field, scientific studies show little research on the subject of the prison library, most are reports of experiences, projects or actions developed in prisons in Brazil. **Conclusions:** It is necessary to disseminate library practices in the prison environment so that we can develop more studies on this topic and provide new discussions in the field of Information Science about the prison library

Descriptors: Prison library. Library practices. Information Science. Prison system.

BIBLIOTECA PRISIONAL EN FOCO: DE LAS PRÁCTICAS BIBLIOTECARIAS A LOS ESTUDIOS EN CIENCIAS DE LA INFORMACIÓN

RESUMEN

Objetivo: Destacar las prácticas y actividades bibliotecarias desarrolladas en el ambiente penitenciario con el apoyo de la biblioteca, además de identificar conceptos y características de la biblioteca penitenciaria y discutir la pertinencia de las acciones de información con el apoyo de la biblioteca para los estudios académicos en el área de Ciencias de la Información. Metodología: Se trata de una investigación exploratoria-descriptiva con enfoque cualitativo. En cuanto a los procedimientos, se utilizó la investigación bibliográfica y documental. El levantamiento bibliográfico se realizó en la Base de Datos de Referencia de Artículos de Revistas en Ciencias de la Información y en libros. La investigación documental se realizó en los sitios web del Gobierno, Ministerio de Justicia y documentos oficiales sobre el sistema penitenciario. Resultados: A pesar de ser un vasto campo de investigación, los estudios científicos muestran pocas investigaciones sobre el tema de la biblioteca penitenciaria, la mayoría son relatos de experiencias, proyectos o acciones desarrolladas en prisiones de Brasil. Conclusiones: Es necesario difundir las prácticas bibliotecarias en el ámbito penitenciario para que podamos desarrollar más estudios sobre este tema y brindar nuevas discusiones en el campo de las Ciencias de la Información sobre la biblioteca penitenciaria.

Descriptores: Biblioteca penitenciaria. Prácticas bibliotecarias. Ciencias de la Información. Sistema penitenciario.

Recebido em: 11.06.2022

Aceito em: 14.07.2022